

TJ-RN

Cargo -

ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTABILIDADE,
CIÊNCIAS ATUARIAIS OU ECONOMIA



Editais verticalizados

Tribunal de Justiça do Rio
Grande do Norte

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto.

Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Tipos textuais: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada tipo.

Gêneros textuais e domínios discursivos: textos informativos, publicitários, propagandísticos, normativos, didáticos e divinatórios; características específicas de cada gênero.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa.

Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

Problemas estruturais das frases. Norma culta.

Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações.

Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso. Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de Direito Constitucional

Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos.

Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

Administração pública: disposições gerais, servidores públicos.

Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências. Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência.

Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, advocacia e defensoria públicas.

Noções de Direito Administrativo

Noções de organização administrativa.

Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração.

Princípios expressos e implícitos da administração pública.

Órgãos públicos.

Agentes públicos.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Rio Grande do Norte (Lei complementar estadual nº 122/1994).

Processo Administrativo (Lei Federal nº 9.784 /1999 e Lei complementar estadual nº 303/2005).

Poderes administrativos. Ato administrativo.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle dos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

Responsabilidade civil do Estado.

Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021 (art. 1º ao art. 88).

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Constituição do Estado do Rio Grande Do Norte (Texto promulgado em 3 de outubro de 1989 e atualizado até a Emenda Constitucional nº 22, de 11 de maio de 2022).

Lei Complementar nº 715, de 21 de junho de 2022 (Compilada a partir da edição dos seguintes Atos Normativos: Resolução nº 43, de 27 de julho de 2022, Resolução nº 51, de 10 de agosto de 2022, Resolução nº 64, de 22 de setembro de 2022, Resolução nº 69, de 3 de novembro de 2022, Resolução nº 79, de 14 de dezembro de 2022 e atualizada pela Lei Complementar nº 727, de 14 de dezembro de 2022).

Lei Complementar nº 643, de 21 de dezembro de 2018 (Compilada a partir da edição dos seguintes Atos Normativos: Lei Complementar Estadual nº 680, de 7 de junho de 2021; Resolução nº 03, de 25 de fevereiro de 2021, do TJRN; Resolução nº 8, de 24 de março de 2021, do TJRN; Resolução nº 15, de 19 de maio de 2021, do TJRN; Resolução nº 33, de 25 de agosto de 2021, do TJRN; Resolução nº 39, de 20 de outubro de 2021, do TJRN; Resolução nº 47, de 1º de dezembro de 2021, do TJRN; Resolução nº 5, de 1º de fevereiro de 2022; Resolução nº 9, de 9 de março de 2022, do TJRN; Lei Complementar Estadual nº 709, de 27 de maio de 2022; Lei Complementar Estadual nº 715, de 21 de junho de 2022; Resolução nº 42, de 27 de julho de 2022, do TJRN; Resolução nº 52, de 10 de agosto de 2022, do TJRN; Resolução nº 62, de 22 de setembro de 2022, do TJRN; e Resolução nº 69, de 3 de novembro de 2022, do TJRN).

Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (Atualizado até a Emenda Regimental nº 35, de 14 de novembro de 2022).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade Geral e Societária

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Fatos contábeis e variações patrimoniais.

Contas patrimoniais e de resultado. Lançamentos contábeis.

Regime de competência e regime de caixa.

Critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).
 Legislação societária: Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.
 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (até a data da publicação do edital).
 Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.
 Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial.
 Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto).
 Demonstração do Valor Adicionado.
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 Notas explicativas.
 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.
 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.
 Ativo Intangível.
 Divulgação sobre Partes Relacionadas. Arrendamentos. Subvenção e Assistência Governamentais.
 Contratos de Seguro. Ajuste a Valor Presente. Instrumentos Financeiros.
 Estoques. Custos de Empréstimos.
 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Evento Subsequente.
 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativo Imobilizado. Propriedade para Investimento. Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.
 Tributos sobre o Lucro. Benefícios a Empregados.
 Demonstrações Consolidadas.
 Mensuração do Valor Justo. Receita de Contrato com Cliente.
 Contratos de Concessão. Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.
 Relato Integrado: conceitos e estrutura.
 Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez e solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa. Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria.

Características da entidade que reporta a informação contábil.

Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício.

Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo.

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público. Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; de acordo com o MCASP.

Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Conceito de contas patrimoniais e de resultado.

Função e estrutura das contas.

Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.

Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.

Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.

Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.

Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.

Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial (MCASP)).

Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021.

Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).
 Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).
 Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).
 Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.
 Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

Administração Financeira e Orçamentária

Orçamento público: conceitos e princípios. Evolução conceitual do orçamento público.
 Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.
 Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.
 Orçamento na Constituição de 1988:
 Plano Plurianual (PPA),
 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO),
 Lei Orçamentária Anual (LOA).
 Leis de Créditos Adicionais.
 Emendas parlamentares ao Orçamento.
 Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.
 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.
 Classificações orçamentárias. Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.
 Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.
 Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.
 Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.
 Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento. Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal.

Gestão organizacional das finanças públicas: sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei nº 10.180/2001.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Sistemas de informação da Administração Pública Federal: SIAFI, SIASG e SICONV. Finalidade. Principais informações.

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e portarias regulamentadoras.

Auditoria Governamental

Conceito, evolução. Distinção entre auditoria interna e auditoria externa ou independente.

Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).

Relação entre auditoria interna, governança, gestão de riscos e controle.

Novo modelo das Três Linhas 2020 do Institute of Internal Auditors- IIA (atualização das Três Linhas de Defesa).

Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria interna.

Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP): NBASP 100 (ISSAI 100)

Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, NBASP 200 (ISSAI 200)

Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira, NBASP 300 (ISSAI 300)

Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional, NBASP 400 (ISSAI 400)

Princípios fundamentais de Auditoria de Conformidade. Auditorias de conformidade, financeira e operacional.

Conceitos, características e finalidades. Outros instrumentos de fiscalização: levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção.

Planejamento de auditoria.

Modelo de risco de auditoria.

Termos da auditoria e estratégia global de auditoria.

Técnicas para obtenção do entendimento do objeto e de seu ambiente.

Materialidade. Escopo do trabalho.

Avaliação dos riscos gerais do trabalho, dos riscos inerentes e de controle.

Respostas do auditor aos riscos gerais do trabalho.

Respostas do auditor aos riscos de distorção relevante ou residuais (natureza, época e extensão). Matriz de Planejamento.

Métodos de amostragem aplicáveis às auditorias: por atributos e por unidade monetária.

Técnicas e procedimentos: inspeção documental, inspeção física, reexecução, recálculo, observação direta, entrevista indagação, circularização, conciliação, procedimentos de revisão analítica, cruzamento eletrônico de dados.

Suficiência e adequação das evidências.

Matriz de Achados.

Tipos de opinião de auditoria em trabalhos de asseguaração razoável.

Documentação da auditoria.

Supervisão e Controle de Qualidade.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!